

## **JORNALISTAS PORTUGUESES DA HOMOGENEIDADE APARENTE ÀS DISTINÇÕES NECESSÁRIAS**

Entre os grupos profissionais que nos últimos anos têm entre nós – por bons ou menos bons motivos – ganho maior notoriedade pública encontram-se, sem dúvida, os jornalistas. O grande número de universidades e institutos superiores que ministram cursos nesta área (cerca de três dezenas) e a sedução que a profissão continua a exercer sobre os jovens, aí estão para o provar. Entretanto, a admiração, a desconfiança ou o simples interesse pelos jornalistas não têm em conta, muitas vezes, que estes não podem ser todos identificados nem com a meia dúzia de caras conhecidas que aparecem nos telejornais nem com os estereótipos divulgados nos filmes e séries televisivas.

O nosso objectivo aqui é precisamente chamar a atenção, tendo em conta o que se passa em Portugal, para o facto de que a realidade do campo jornalístico é muito mais vasta, complexa e diversificada do que à primeira vista pode parecer, e está longe da uniformidade sugerida por qualquer das citadas ou outras apressadas identificações.

A profissão, mesmo se considerarmos apenas a imprensa, não tem nada a ver com «um exército bem alinhado, de caneta ao ombro e marcha cadenceada» (AGNÉS, 2002: 22). Particularmente desde o nascimento da imprensa moderna, na segunda metade do século XIX, na sequência da progressiva substituição do jornalista-proprietário pelo jornalista-funcionário de uma empresa e o surgimento da reportagem como uma nova forma de tratamento da realidade (NOBRE-CORREIA, 2002: 85; TENGARRINHA, 1989), não é possível falar dos jornalistas como um grupo profissional homogéneo. A posterior evolução da imprensa e o aparecimento da rádio, da televisão e da

**Fernando Correia**

Universidade Lusófona de Humanidades e  
Tecnologias

internet, a chegada das novas tecnologias ao sector e os novos enquadramentos empresariais, entre outros aspectos, vieram acentuar, e de forma mais evidente nos últimos anos, uma grande diversificação interna.

A informação que quotidianamente nos chega através dos diversos media implica necessariamente formas diferentes de *exercer o jornalismo* e de *ser jornalista*, dependentes, como veremos, de factores como o suporte utilizado, as funções exercidas, o lugar na hierarquia, o estatuto laboral ou o órgão em que se trabalha. Não ter em conta esta diferenciação revela-se, nomeadamente no quadro de certo tipo de abordagens de carácter generalizante – incluindo, naturalmente, por maioria de razões, de âmbito académico – uma perigosa abstracção, causadora de insanáveis debilidades e distorções nas metodologias, nas diversas fases da investigação e nas conclusões.

Isto, evidentemente, sem prejuízo dos pontos comuns tanto sob o ponto de vista da prática profissional como principalmente dos princípios de responsabilidade social e das regras éticas que regem a profissão – tema este, porém, que aqui não nos ocupará.

## Os diversos suportes

Uma frase consagrada sintetiza as diferenças e, ao mesmo tempo, a identidade e a complementaridade dos media «tradicionais»: *a rádio anuncia, a televisão mostra e a imprensa explica*. Com efeito, um primeiro critério para a avaliação das diferenças poderá ser o tipo de media em que o jornalista trabalha (JANVIER, 2001: 54-59; CORREIA, 1997: 171-186; SAUVAGE, 1988). Consideremos cada um dos casos, ainda que de forma muito sucinta.<sup>1</sup>

O jornalista da *imprensa* escrita, dadas as próprias características do media, deverá, de uma maneira geral, ter como principal preocupação, para além da descrição dos factos, a descoberta das causas, a pormenorização e a contextualização. Depois de ouvido na rádio e visto na televisão, o acontecimento precisa de ser explicado, e a capacidade para o fazer cabe principalmente aos jornais. Por isso, ao jornalista de imprensa convém, quase diríamos mais do que qualquer outro, ter o gosto e a competência para investigar – o que não significa que na rádio, na televisão e mesmo no *online* não haja condições, mesmo tendo em conta as suas linguagens específicas, para o bom jornalismo de investigação.

Mas a própria imprensa não é uniforme, e a sua diversidade implica formas diferentes de trabalhar. Por exemplo, enquanto nos diários o jornalista, em geral, dispõe de muito pouco tempo para tratar o acontecimento, nos semanários, mais vocacionados para a síntese das principais notícias da semana e para os artigos de análise, esse tempo é (relativamente) maior e existe mais disponibilidade para o aprofundamento, a explicação, o *background* e o comentário.

Tal facto não impede que da parte dos diários – nomeadamente da chamada imprensa de referência – haja alguma preocupação (infelizmente muito menor do que seria de desejar) em «tentar ir mais longe» na abordagem de determinados acontecimentos, enquanto, pelo seu lado, os

<sup>1</sup> Em 1997, entre os 4247 jornalistas com carteira profissional, 2605 (61,3%) trabalhavam na imprensa escrita (2133 na imprensa nacional e 427 na imprensa regional), 783 (18,5%) na rádio, 621 (14,6%) na televisão e 238 (5,6%) em regime livre (*freelance*). Para estes e outros dados sociográficos sobre as principais tendências de evolução do universo dos jornalistas portugueses, ver SILVA, 2000.

semanários de informação geral (jornais, como o *Expresso* ou o *Independente*, ou *newsmagazines*, como a *Visão* ou a *Focus*), tudo fazem para concorrer não só com os outros semanários mas também com os diários, incluindo os do próprio dia, publicando cachas e tratando assuntos ausentes do noticiário da semana ou abordando-os sob novos ângulos.

Pode dizer-se que cada tipo de jornal ou de revista, conforme o seu público-alvo e as respectivas características, implica uma forma particular de tratar a actualidade. Mas se há um importante requisito comum aos jornalistas da imprensa, esse é, certamente, o de saber escrever bem. É certo que se trata de uma qualidade igualmente indispensável aos jornalistas dos outros media, mas a verdade é que a palavra impressa pode ser guardada, relida e avaliada, enquanto que a ouvida, mesmo que no momento escandalize pela pronúncia ou pela gramática, rapidamente se esfuma no turbilhão das que a antecederam e das que se lhe seguem...

Quanto à *rádio*, a sua grande vantagem reside na capacidade de divulgar os acontecimentos primeiro do que qualquer outro meio, graças a uma flexibilidade que lhe permite não só a transmissão em directo, quando isso é viável (e recomendável, o que nem sempre é o caso), mas também, em qualquer momento, a interrupção da emissão – possibilidades estas, entretanto, que a televisão também vai crescentemente possuindo.

Ainda mais do que o da imprensa diária, o jornalista da rádio tem um tempo geralmente muito limitado para tratar o acontecimento: enquanto para aquele o intervalo entre edições é de 24 horas, para este é de uma hora, ou mesmo meia hora... E no caso da emissão em directo o funcionamento é em tempo real, com todas as dificuldades ou mesmo armadilhas que tal situação implica para um jornalista que se pretenda um mediador entre o acontecimento e o público, e não um mero «pé de microfone» que se limita a servir de transmissor, mensageiro ou, como alguns representantes dos poderes (económico, político, desportivo e outros) parecem desejar, simples «moço de recados».

Costuma dizer-se do jornalista de *televisão* que deve ter boa presença, palavra fácil, capacidade de improvisação, serenidade perante o imprevisto... Tudo isto é verdade, não o sendo menos que algumas destas características são comuns aos profissionais dos outros media. Mas terá que ser sublinhado que tais características se aplicam, principalmente, apenas a uma parte dos jornalistas de televisão: os apresentadores de telejornais e outros programas informativos, e os repórteres encarregues de entrevistas filmadas e de emissões em directo.

São estes, sem dúvida, que melhor encaixam no perfil do jornalista televisivo, no que este media tem de mais próprio: a utilização da imagem – quer ela seja relativa aos acontecimentos, quer aos que os apresentam ou comentam. Mas é preciso não esquecer que no anonimato das redacções dos grandes canais generalistas há dezenas de profissionais que investigam, entrevistam, recolhem depoimentos, escrevem, etc., desempenhando uma série de tarefas indispensáveis à elaboração dos programas de informação – noticiosos, de reportagem ou de investigação. Aliás, observação idêntica deverá ser feita em relação ao jornalismo radiofónico.

O século xx terminou, como que a confirmar a razão dos que lhe vinham chamando o século da informação e da comunicação, com uma nova e de algum modo revolucionária forma de praticar o jornalismo e também de relacionamento com o público: o *jornalismo digital*, ou *online* ou ciberjornalismo. O pioneiro em Portugal foi, em 1998, o Setúbal na Rede (curiosamente, um órgão regional), seguindo-se-lhe, no ano seguinte, o Diário Digital.

O novo media implicou para o jornalista não, propriamente, uma forma completamente diferente do exercício da profissão, mas pelo menos a necessidade de acentuar certas formas do *fazer*

*jornalístico*, em parte importadas do audiovisual: a frase curta e simples, o texto pequeno e, acima de tudo, a rapidez. É esta, na verdade, que constitui a característica mais distintiva e, simultaneamente, a grande vantagem do jornalismo digital, ao permitir não só o acesso do público (e dos jornalistas dos outros media...) à informação praticamente em tempo real mas também e principalmente a possibilidade da sua constante e permanente actualização.

Os avanços tecnológicos proporcionaram a este novo tipo de jornalismo outras vantagens, nomeadamente a possibilidade do recurso à imagem e ao som, assim como a utilização dos hipertextos, deste modo podendo compensar os aspectos redutores da rapidez e da brevidade com o acesso a textos variados (reportagens, entrevistas, biografias, documentos, etc.) de aprofundamento ou de *background*.

Percebem-se as vantagens, mas é preciso não esconder as desvantagens ou mesmo os perigos. A rapidez, isto é, a pressa em ser o primeiro a dar a informação, pode facilmente levar à cedência perante tentações perversas, como o *esquecimento* da confirmação e do contraditório – divulga-se a primeira versão do acontecimento, e a outra ou as outras ficam para depois... Por outro lado, a facilidade do contacto com as fontes (algumas fontes...) propriamente ditas e com uma multiplicidade de sítios (alimentados por quem, com que bases e intenções?) fornecedores de informação (com que credibilidade?) *prendem* o jornalista *online* ao computador e empurram-no para o sedentarismo, limitam-lhe o contacto directo e pessoal com as pessoas e os acontecimentos, fazem com que o *real* seja progressivamente substituído pelo *virtual*. Não podendo ser esquecido, entretanto, que as figuras do repórter ou do enviado especial também existem em pelo menos alguns dos nossos jornais digitais.

## As diversas funções

Independentemente dos suportes utilizados, a actividade jornalística exerce-se de diferentes formas, com o recurso a dispositivos, comportamentos, competências e rotinas que por vezes têm pouco em comum. Se é certo, como sublinha Sophie Janvier, que, por um lado, existe uma tendência crescente para a polivalência, com o aparecimento de profissionais que, por exemplo, simultaneamente escrevem e fotografam ou filmam, não é menos certo que as redacções de grande dimensão continuam organizadas de forma compartimentada (JANVIER, 2001: 59). Esta é uma realidade que cada um pode comprovar pela simples leitura das fichas técnicas dos principais diários e semanários.

O que se passa é que a complexidade e diversificação da organização dos media e das temáticas abordadas exigem uma maior especialização dos jornalistas no que toca aos seus conhecimentos sobre esta ou aquela matéria (conhecimentos económicos, jurídicos, militares, médicos, ambientais, etc.). Ao mesmo tempo, porém, devido à transformação da informação num negócio envolvendo cada vez mais meios financeiros e exigindo cada vez mais lucros, acompanhada pelo movimento de concentração da propriedade em grupos económicos possuidores de diversos tipos de media (imprensa, rádio, televisão, *online*), leva a que a pressão do patronato se faça no sentido de que esta especialização temática seja acompanhada por (e muitas vezes submetida a) uma *polivalência funcional*, com o mesmo jornalista a tratar a mesma notícia para os diversos media do grupo, ou seja, para diversos suportes.

Como facilmente se verifica, não estamos aqui perante necessidades ditadas por interesses jornalísticos e informativos, mas sim por políticas viradas para a economia de meios, neste caso de meios humanos, correndo o risco de pôr em causa o bom desempenho do jornalista e a qualidade da informação: cobrir um acontecimento para a rádio não implica as mesmas competências, experiência e saberes do que fazê-lo para a imprensa ou para a televisão...<sup>2</sup>

A verdade, de qualquer modo, é que, independentemente da especialização temática ou da polivalência funcional, o jornalista, hoje em dia, pode ter que trabalhar numa grande diversidade de funções, o que, mais uma vez, põe em causa a aparente uniformidade da profissão, quando vista de fora ou com base em generalizações. Trata-se de funções que em alguns casos se têm concretizado numa certa continuidade de trabalho, havendo jornalistas que, ultrapassados os quatro ou cinco anos iniciais de profissão, se acabam por fixar, por vezes até ao fim da carreira, numa determinada função, mesmo que mudando de órgão de informação. Noutros casos, a não fixação numa função (ou numa especialização temática) tem como consequência a dificuldade no domínio dos instrumentos de trabalho e a superficialidade das abordagens.

Que funções são essas? Muitos autores estão de acordo em considerar, por um lado, aquilo a que chamam os jornalistas «nómadas» e, por outro, os «sedentários», sendo que existe um terceiro grupo, os «sedentários/nómadas», que reúnem características de uns e de outros (JANVIER, 2001: 59-81). Iremos aqui ter em conta este critério, aplicado à realidade portuguesa.

Os «nómadas» são constituídos pelos tradicionais repórteres, figura surgida no final do século XIX, ligada ao aparecimento e ao desenvolvimento da fase industrial da imprensa, e que desde então até hoje tem simbolizado os aspectos mais sedutores e espectaculares da profissão, glosados e mitificados na literatura e no cinema. O repórter é o jornalista que trabalha essencialmente fora da sala de redacção, na qual só permanece para preparar e, posteriormente (e nem sempre, como acontece no caso dos enviados especiais), escrever os seus textos, nomeadamente reportagens e entrevistas.

Mas ao lado (ou *por baixo*, se tivermos em conta a pirâmide organizativa da sala de redacção) dos «grandes repórteres» (alguns figuram, como tal, nas fichas técnicas dos jornais), incumbidos dos serviços de maior responsabilidade e profissionalmente mais exigentes, também há os repórteres das secções de «cidade», da «sociedade» ou do «local», encarregues de missões mais modestas, menos espectaculares mas nem por isso menos essenciais à produção dos noticiários, como as conferências de imprensa, os desastres, os crimes, as recolhas de opiniões no fim das reuniões políticas ou dos jogos de futebol e outros acontecimentos da rotina diária.

A figura do repórter está de tal modo ligada à essência e mesmo à constituição da profissão – na medida em que o seu aparecimento assinala a substituição do jornalismo de opinião pelo jornalismo noticioso e o conseqüente nascimento do jornalismo moderno (TENGARRINHA, 1989) – que mesmo muitos jornalistas «sedentários» (da imprensa, da rádio ou da televisão) gostam de se autoproclamarem, acima de tudo, repórteres, encarregando-se eles próprios de serviços no exterior, sempre que têm uma oportunidade – nomeadamente, claro, quando se trata de cobrir acontecimentos com grande impacto e relevância. Para um apresentador de telejornal, por exemplo, uma reportagem num país longínquo, de tantos em tantos meses, será certamente um prazer pessoal,

<sup>2</sup> Tal situação, aliás, tem também relevância no plano das relações de trabalho, já que levanta a questão dos direitos de autor, precisamente um dos grandes desafios que se levantam actualmente aos jornalistas (não só em Portugal) na perspectiva da defesa dos seus direitos e condições de trabalho.

mas funciona simultaneamente como uma forma de credibilização e de legitimação profissionais perante os pares e o próprio público.

Entre os repórteres incluem-se os repórteres fotográficos. Começaram por ser fotógrafos profissionais que, por esta ou aquela razão, colaboravam na imprensa, passando depois, crescentemente, a iniciarem a carreira nas redacções. Durante muitos anos, e em grande parte ainda hoje, o seu papel na produção jornalística era relativamente secundário: acompanhar o jornalista sempre que o serviço a realizar aconselhasse a existência de imagens para ilustrar as prosas.

Nas últimas décadas, com a valorização da imagem na imprensa (imposta quer pela nova linguagem trazida pelo desenvolvimento da televisão, surgida em Portugal no fim dos anos 50 do século passado, quer pelas exigências gráficas de uma publicidade cada vez mais sofisticada), a função do repórter fotográfico foi aumentando de importância e de autonomia, não só nos jornais mas principalmente nas revistas especializadas (de moda, de sociedade, de televisão, etc.). De tal modo que, em algumas destas, a situação inverteu-se e passou a ser a prosa a acompanhar a fotografia; e nem mesmo a imprensa noticiosa, incluindo a de referência, desdenha a oportunidade de, em espaços de leitura mais «ligeira», publicar páginas em que a legenda é feita para a foto e não o contrário, como, tirando algumas excepções, acontecia anteriormente.

Foi este facto que levou ao aparecimento de jornalistas, geralmente incluídos na categoria profissional dos *freelance* (ver adiante), que simultaneamente escrevem as notícias ou reportagens e se encarregam da parte fotográfica. São os chamados fotojornalistas – designação esta que, entretanto, começou também, na linguagem do meio, a abranger os «velhos» repórteres fotográficos.

A evolução tecnológica trouxe consigo novos ofícios que passaram a ser englobados nas funções jornalísticas e a dar direito à respectiva carteira profissional. É o caso, nas televisões, dos repórteres de imagens – operadores de câmara que produzem materiais de carácter jornalístico, recolhendo e seleccionando as imagens utilizadas em noticiários ou reportagens e, por vezes, escrevendo os textos que as acompanham. E é também o caso, na imprensa, dos infografistas, encarregues muitas vezes não só da elaboração desse novo género jornalístico, em que a palavra e o desenho em computador se conjugam para a construção de uma mensagem informativa – o infográfico – mas também do trabalho de pesquisa (nomeadamente na internet) necessário para esse efeito.

Sendo certo, entretanto, que o advento das novas tecnologias implicou o aparecimento de uma série de novas ocupações (na imprensa, na rádio, na televisão e no *online*) em que, muitas vezes, a fronteira entre o que é ou não jornalismo se apresenta ténue e imprecisa. Particularmente nos meios audiovisuais, está-se hoje muito longe da velha imagem do repórter de imprensa elaborando, solitariamente, as suas prosas, mas sim perante trabalhos de equipa em que a destriça entre os que desempenham ou não funções jornalísticas nem sempre é fácil.

Seja como for – e a questão está longe de se pôr apenas em relação aos «nómadas» – confrontamo-nos com uma situação delicada (sob vários pontos de vista, incluindo o deontológico), que é a de encontrar uma definição clara para a profissão jornalística, determinando «a diferença específica do «acto jornalístico» e do exercício do jornalismo, por contraposição com outras actividades coexistentes no universo da comunicação social», e estabelecendo assim «critérios práticos de atribuição da Carteira Profissional de Jornalista, por forma a corrigir a indefinição

actual» (RODRIGUES, 2003; ver também MESQUITA, 2003: 193-204, e WOLTON, 1999: 240-2). Trata-se de um debate em aberto... e que não será fácil fechar.<sup>3</sup>

Entre os «sedentários» incluem-se, desde logo, os jornalistas que exercem cargos como director, director-adjunto, subdirector, chefe e subchefe de redacção, editor, coordenador, redactor principal... Vários são os nomes atribuídos pelos diversos media aos jornalistas que desempenham uma série de funções de responsabilidade editorial, direcção de informação, planeamento de edições e de suplementos, coordenação de equipas, elaboração de editoriais ou outros textos de opinião, escolha dos títulos de 1ª página ou de abertura de noticiário, revisão de textos escritos por outros jornalistas, fecho de edições, relacionamento com a administração e outras estruturas da empresa, como a publicidade, o marketing, a distribuição, os recursos humanos e outras, etc. Algumas destas funções são da responsabilidade mais directa da direcção, como o relacionamento com os administradores e gestores, outras são executadas colectivamente, como a preparação das próximas edições ou a indicação de temas possíveis para a 1ª página.

No caso deste tipo de funções, trata-se geralmente de jornalistas situados no topo da hierarquia da sala de redacção, a que tiveram acesso ou pela experiência, prestígio e provas dadas ao longo da carreira, ou pela sua competência em dirigir equipas de trabalho, ou pelo seu adequado perfil (no julgamento de quem manda) ao estilo ou à filosofia do media em causa, ou, mais prosaicamente, pelas garantias dadas de fidelidade aos projectos e interesses do proprietário – sem excluir a hipótese de que vários destes atributos se juntem numa mesma pessoa.

Os «sedentários» abrangem igualmente grande parte dos jornalistas das agências noticiosas, considerados o protótipo dos jornalistas anónimos, que podem passar toda uma carreira sem que alguma vez o seu nome apareça mencionado publicamente, e que, no entanto, alimentam as páginas e os tempos dos noticiários numa percentagem substancial (por vezes maioritária...), assim como os que pertencem aos jornais *online*, cujas tarefas, num e noutro caso, exigem, em grande parte dos casos, a permanência quotidiana frente ao computador.

Estão também abrangidos neste grupo os jornalistas (há aqueles que o não são) que trabalham em secções ligadas à preparação, apoio e selecção da informação – arquivo e documentação (indispensável no fornecimento de informação de *background*), *desk* (aprontamento final dos textos), secretaria da redacção (elaboração da agenda, marcação de serviços), acompanhamento do infografismo, da paginação, da montagem, etc. E ainda os que, na rádio e na televisão, desempenham normalmente tarefas de apresentação de noticiários (com maior ou menor participação na elaboração e alinhamento das notícias) e de outros programas de informação.

Em várias situações, porém, a fronteira que separa o «jornalismo de rua» do «jornalismo sentado» são bastante fluidas, no sentido em que o mesmo profissional, pela natureza do seu trabalho, tanto funciona numa como na outra modalidade: é o grupo dos «sedentários-nómadas».

Nele se incluem alguns dos jornalistas tanto das agências como do *online*, visto que parte da informação produzida nestas redacções exige o contacto com entrevistados, a deslocação ao local dos acontecimentos, reportagens fora do país, etc. Também os correspondentes – quer os que trabalham no estrangeiro quer os que se encontram em território nacional, incluídos ou não nas delegações regionais dos órgãos de expansão nacional – são obrigados a rotinas profissionais em

<sup>3</sup> Não entramos aqui na questão de saber se o jornalismo é ou não uma profissão, no sentido estrito que se tem dado a este termo, nem sequer, no caso de o ser – o que nos parece claro – em que moldes pode ser definida. A este respeito, revelam-se bastante estimulantes os trabalhos de Denis Ruellan.

que o nomadismo próprio do repórter e o sedentarismo próprio do «redactor sentado» se misturam em proporções variáveis.

O mesmo acontece com os *freelance* – jornalistas que trabalham por conta própria, vendendo os seus textos ou/e fotos às empresas jornalísticas interessadas – cujo número em Portugal é ainda diminuto (em 1997 eram 238, num total de 4247 jornalistas com título profissional) mas que, no conjunto dos países europeus, constituem cerca de um quarto do total da classe.

Casos paradigmáticos são os jornalistas de investigação e os jornalistas especializados. Os primeiros, praticantes do género que para muitos é considerado o ponto alto das suas aspirações e da sua realização profissionais, têm, geralmente, que conciliar um diversificado conjunto de competências que vão do trabalho de campo, no contacto directo com as fontes e os factos, à busca paciente e persistente em bibliotecas e arquivos, até à edição do produto final, qualquer que seja o suporte utilizado. E é essa também, normalmente, a rotina do jornalista especializado (com o acréscimo da indispensável necessidade de acompanhamento permanente da evolução da temática que é a sua especialidade), para quem o desempenho adequado da sua tarefa obriga a uma constante combinação entre o trabalho «fora» e o trabalho «dentro».

Referência particular merecem os jornalistas regionais e locais (imprensa, rádio e televisão), até pelo seu crescimento numérico: só entre 1990 e 1997 o seu número mais do que triplicou.<sup>4</sup> Neste caso, a simultaneidade das duas funções exercidas pelo mesmo profissional não resulta de uma imposição inerente ao seu pelouro dentro da redacção, mas sim de uma necessidade determinada pela inexistência, na esmagadora maioria dos casos (estamos a falar de Portugal; em França, o diário de maior tiragem é regional...) de um número de jornalistas suficiente para permitir grandes divisões de tarefas. Digamos que a sua «especialização» abrange... um pouco de tudo.

Às dificuldades advindas do facto de ter de tratar de diversas temáticas, dentro e fora da redacção, junta-se uma característica própria deste tipo de jornalismo que, se pode trazer algumas vantagens, acarreta igualmente outros tantos problemas: a proximidade em relação aos acontecimentos, às fontes, aos poderes (autárquicos, económicos, desportivos...) e ao próprio público. Por um lado, o acesso à informação está facilitado, mas, por outro lado, tal situação implica, ou pode implicar, uma maior vulnerabilidade perante os constrangimentos e as pressões externas, vindas de pessoas com quem o jornalista (ao contrário do que se passa numa grande cidade) quotidianamente se cruza nas ruas, nos cafés, nas repartições...

Entre os «sedentários/nómadas» é necessário, finalmente, incluir os jornalistas – cujo número não é fácil contabilizar – que trabalham em pequenas ou médias empresas de produção independentes, nomeadamente no sector da televisão, e que prestam serviços aos canais generalistas.

## O jornalista na redacção

Temos até agora abordado as distinções entre os jornalistas na perspectiva da sua actividade independentemente do contexto organizacional em que ela se concretiza. Mas a verdade é que o jornalista – que é um trabalhador por conta de outrem, um assalariado, e não um profissional liberal

<sup>4</sup> Entre 1990 e 1997 os números dos jornalistas com título profissional evoluíram do seguinte modo: na Área Metropolitana de Lisboa passaram de 1203 (50,7%) para 2451 (57,7%); na Área Metropolitana do Porto passaram de 329 (13,9%) para 571 (13,5%); no resto do país, passaram de 255 (10,7%) para 834 (19,6%). Sobre os restantes 9,2% não se obteve informação (SILVA, 2000).

– exerce a profissão no quadro de uma empresa e, mais concretamente, numa das suas componentes, a sala de redacção, sujeito a determinados constrangimentos e condições de produção da informação (CORREIA, 1997: 205-258; MATHIEN, 1992).

Tal situação poderia levar-nos à necessária distinção entre os jornalistas e os membros de outras profissões – ligados ao entretenimento, à apresentação e à animação, às assessorias e aos gabinetes de comunicação, mas também à gestão, à publicidade, ao marketing, etc. – que, crescentemente, têm interferência mais ou menos directa na produção da informação, influenciando ou invadindo sectores de actividade e de decisão que antes eram da exclusiva competência dos jornalistas (MESQUITA, 2003: 193-294). Mas o nosso objectivo aqui é mais limitado, contemplando apenas as distinções a fazer dentro do estrito campo jornalístico.

E a verdade é que o suporte em que trabalham e as funções que exercem não esgotam as diferenças nas formas de ser jornalista. Outro critério importante passa pela consideração de uma realidade que frequentemente é ignorada ou subestimada: a própria organização do trabalho e as rotinas produtivas, na perspectiva da prossecução de um objectivo comum – o jornal, o noticiário, o programa informativo... –, no quadro de uma carreira profissional, apesar de tudo, relativamente estruturada, determinam a existência na sala de redacção não só de uma hierarquia interna (desde o director aos estagiários) mas também de uma estratificação no seio do colectivo redactorial, tanto mais detectável quanto maior e mais complexa for a organização – caso dos grandes diários e semanários, canais televisivos e de rádio de carácter informativo. Uma estratificação que se repercute no grupo profissional na sua globalidade.

José Luís Garcia, na sua investigação sobre esta matéria (GARCIA, 1995) detectou a existência de três camadas principais: na base da pirâmide, um grupo «constituído basicamente por estagiários, tarefeiros e colaboradores, em geral em início de carreira, que têm os salários mais baixos e, frequentemente, situações instáveis nas empresas onde trabalham»; «no meio, um grupo (maioritário) de jornalistas “sem posições de chefia e cumprindo as tarefas redactoriais mais rotineiras, com perspectivas de progressão na carreira limitadas e para os quais o nível de recompensas financeiras e sociais que a profissão oferece fica aquém das expectativas alimentadas”»; finalmente, no topo, «um grupo de elite formado quer por “jornalistas de carreira dotados de pouca escolaridade mas que dada a sua antiguidade na profissão ascenderam a posições de chefia ou a cargos administrativos”, quer por um sector “menos antigo na profissão mas possuidor de muito maiores recursos em diplomas/qualificações, o qual deve a sua ascensão na carreira e respectivas recompensas económicas e notoriedade pública às capacidades demonstradas no exercício da profissão(...)”» (CORREIA, 1997: 44-45).

A distinção entre, por um lado, uma reduzida elite de jornalistas, geralmente bem relacionados com as administrações da sua empresa e com membros de outras elites sociais, com remunerações muito acima da média da classe e, em alguns casos, com grande visibilidade pública dada pelas televisões, nas quais trabalham ou de cujos ecrãs são assíduos frequentadores (CORREIA, 1997: 240-244; RIEFFEL, 1984) e, por outro lado, uma grande massa de jornalistas anónimos que nos jornais, nas rádios, nas televisões, no *online* e nas agências se encarregam das tarefas, «sedentárias» ou «de rua», que dão conteúdo ao material informativo – esta distinção confirma, mais uma vez, até que ponto é enganador encarar *os jornalistas* como um todo homogéneo.

A localização num ou noutro destes níveis de actuação implica não só um variável grau de autonomia profissional mas também de «situações motivadoras de atitudes diferenciadas perante a

empresa e perante a profissão em geral», com repercussões nas formas de a praticar, a viver e a conceber (CORREIA, 1997: 241). E tem particular incidência no que se refere aos comportamentos éticos, na medida em que quanto mais nos aproximamos da base da pirâmide da sala de redacção mais aumentam as situações de insegurança no emprego e de precariedade dos vínculos laborais (pagamentos à peça, recibos verdes, contratos a prazo, etc.), o que implica uma fragilidade profissional e pessoal que arrasta consigo, inevitavelmente, uma correspondente fragilidade deontológica e uma situação de maior vulnerabilidade às pressões (mesmo que apenas implícitas) vindas «de cima» – em nome da cache e da vitória sobre a concorrência – no sentido do «esquecimento» das regras deontológicas.

É também através da sua inclusão numa redacção – não uma redacção em abstracto, mas em concreto, neste ou naquele órgão – que o jornalista detém um maior ou menor capital simbólico que o distingue de outros membros do grupo profissional, com eventuais repercussões na sua actividade profissional (NEVEU, 2001). A pertença à redacção de um jornal da chamada imprensa de referência (onde colaboram nomes conhecidos da política, cujo director é frequentemente convidado a fazer comentários na rádio ou na televisão, etc.) proporciona, entre certas camadas mais cultivadas do público e mesmo entre os outros jornalistas, um prestígio e uma notoriedade superiores aos de um jornalista de um órgão da chamada imprensa popular, de uma revista de televisão ou de uma rádio regional. Este capital simbólico pode mesmo ser transformado, impropriamente, em pretensa qualidade jornalística, e em certas circunstâncias, por exemplo no contacto com as fontes, abrir portas que a outros estão encerradas.

Semelhantemente, no seio de uma mesma redacção (no caso de um grande diário ou semanário ou de um canal de televisão ou de rádio generalistas) a pertença a uma determinada secção, como a política ou a economia, pode significar, só por si, um maior prestígio e notoriedade profissionais em relação aos que trabalham, por exemplo, no noticiário local ou dos *fait-divers*.

\* \* \*

As distinções possíveis no campo jornalístico não se esgotam nos critérios acima mencionados. O aprofundamento de aspectos como a caracterização social, o perfil profissional e os valores sociais dos jornalistas (aspectos estes contemplados no 2º Inquérito Nacional aos Jornalistas Portugueses, realizado nas vésperas do 3º Congresso dos Jornalistas, em Fevereiro de 1998) permitem apurar e levar em conta dados relativos à idade, género, escolaridade, remuneração, formas de acesso, estatuto laboral, horário, pressões sofridas, atitudes perante a deontologia, concepções sobre a profissão, interesses culturais, estilo de vida, posições face à sociedade envolvente, etc. e deste modo avaliar de uma forma mais pormenorizada as diferenciações internas no campo jornalístico e as formas diferentes de *sentir* e *viver* a profissão (MENDES e SILVA, no prelo).

De uma forma mais particular, é também possível, por exemplo, como o faz Mário Mesquita, detrinçar nas sociedades democráticas as «tendências dominantes» entre os jornalistas no que toca à «atitude profissional perante o poder e as instituições» (MESQUITA, 2003: 48-49); ou recorrer a catalogações lírico-humorísticas, nem por isso menos interessantes sobre a realidade profissional (CEBRIÁN, 1998: 15); ou, ainda, optar por outras formas, diferentes da que aqui seguimos, de organizar e apresentar a diversidade profissional, como é o caso de Érik Neveu ao recorrer à

metáfora – porventura excessiva – das «cinco galáxias do jornalismo»: as revistas especializadas, a imprensa regional, o jornalismo generalista de âmbito nacional, o audiovisual e as agências noticiosas (NEVEU, 2001: 27 e ss).

De qualquer modo, julgamos ter ficado suficientemente claro até que ponto é falsa a visão simplista do grupo profissional que o reduz a uma uniformidade interna que manifestamente está longe de corresponder à realidade. Tem, pois, plena razão quem, como Dominique Wolton, na sua intenção de «revalorizar a função do jornalista» perante as ameaças da «lógica da comunicação», aponta como a primeira das suas «dez vias de aggiornamento» a necessidade de «quebrar a aparente unidade do grupo dos jornalistas», sublinhando que, nesta perspectiva, «falar “dos” jornalistas não faz qualquer sentido» (WOLTON, 1999: 237,240).

Uma nota final. A necessidade de chamar a atenção, como aqui foi nosso objectivo, para a existência de pedras soltas e variadas onde alguns só vêem um muro linear e monótono, entendemo-la, em primeiro lugar, não apenas enquanto uma simples e estática listagem, mais ou menos exaustiva, de situações profissionais, mas sim no quadro de uma concepção do *campo jornalístico* no sentido em que Bourdieu o apresenta (BOURDIEU, 1997: 79-96), ou seja, como um espaço social de relações objectivas atravessado por oposições e rivalidades balizadas pela adesão comum a certas regras e princípios. Um espaço social, porém, não fechado sobre si próprio, mas integrado em outros mais vastos em que ele se insere e pelos quais é condicionado – desde logo o *campo dos media*. (MATHIEN, 1995: 6; 1992). Em última instância, um espaço dialecticamente inserido no todo social, pelo qual é influenciado mas no qual também interfere.

Entendemo-la, em segundo lugar, não apenas como uma mera constatação, mas também, num sentido mais pragmático e operativo, como um alerta, um estímulo e um ponto de partida para que, por um lado, no plano da análise e do ensino se recorra a uma argumentação que não fique prisioneira de preconceitos e estereótipos (do tipo «os jornalistas são isto ou pensam aquilo»); e, por outro lado, no plano da investigação se estabeleçam linhas que tenham em conta uma concepção mais fina e menos generalizadora do campo jornalístico e se concretizem em projectos capazes de não só contribuir para o enriquecimento e avanço do trabalho científico nesta área, mas também para a dignificação e valorização de uma actividade e de um grupo profissionais cada vez mais ameaçados na sua identidade e no seu lugar insubstituível na construção da sociedade democrática.

## Referências das obras citadas

- Agnés, Yves (2002), *Manuel de Journalisme. Écrire pour le Journal*, Paris, La Découvert.
- Bourdieu, Pierre (1994), *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel.
- , (1997), *Sobre a Televisão*, Oeiras, Celta.
- Cebrián, Juan Luis (1998), *Cartas a um Jovem Jornalista*, Lisboa, Bizâncio.
- Correia, Fernando (1997), *Os Jornalistas e as Notícias. A Autonomia Jornalística em Questão*, Lisboa, Caminho.
- Garcia, José Luís (1995), «Os jornalistas portugueses enquanto actores do espaço público mediatizado – Legitimidade, Poder e Intermutação», *Revista de Comunicação e Linguagens*, nº 21-22, Dez., pp 365-382.
- Janvier, Sophie (2001), *Les Métiers du Journalisme*, Paris, PUF.
- Mathien, Michel (1992), *Les Journalistes et le Système Médiatique*, Paris, Hachette.
- , (1995), *Les Journalistes*, Paris, PUF.

- Mendes, Hugo e Silva, Pedro Alcântara, «Valores Sociais: família, política e ciência», in Garcia, José Luís (org.), no prelo, *Os Jornalistas Portugueses. Uma profissão em turbulência nos anos 90*, Coimbra, MinervaCoimbra.
- Mesquita, Mário (2003), *O Quarto Equívoco. O Poder dos Média na Sociedade Contemporânea*, Coimbra, Minerva Coimbra.
- Neveu, Érik (2001), *Sociologie du Journalisme*, Paris, La Découvert.
- Nobre Correia, José Manuel (2002), «O Futuro Perante o Passado: uma Perspectiva Histórica», *Média, Jornalismo e Democracia – Comunicações apresentadas ao Seminário Internacional*, Lisboa, Livros Horizonte – CIMJ.
- Rodrigues, Avelino (2003), «A Função Jornalística. Uma Proposta de Esclarecimento dos Critérios de Atribuição da Carteira Profissional dos Jornalistas», *Jornalismo e Jornalistas*, nº 16, Out. Dez.
- Sauvage, Christian (1988), *Journaliste. Une Passion, des Métiers*, Paris, CFPJ.
- Silva, Pedro Alcântara (2000), «Quem Somos Nós? Elementos Sociográficos sobre os Jornalistas Portugueses», in *Jornalismo e Jornalistas*, nº 4, Out. Dez..
- Tengarrinha, José (1989), *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, Lisboa, Caminho.
- Wolton, Dominique (1999), *Pensar a Comunicação*, Lisboa, Difel.